

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais

QUESTÃO 1

Sobre os deveres fundamentais do Psicólogo, previstos na Resolução nº 10/2005 (que aprova Código de Ética Profissional), assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia.
- (B) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional.
- (C) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário.
- (D) Desviar para serviço particular ou de outra instituição pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional, visando benefício próprio.
- (E) Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho.

QUESTÃO 2

De acordo com a Resolução nº 10/2005 (que aprova Código de Ética Profissional), o psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, em determinadas situações. Sobre elas, julgue os itens a seguir.

- I. A pedido do profissional responsável pelo serviço.
- II. Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional.
- III. Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço.
- IV. Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (D) Nenhum item está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 3

Com relação às responsabilidades do psicólogo, estabelecidas no Código de Ética Profissional, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais, devendo repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, somente em caso de demissão.
- (B) Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.
- (C) O psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.
- (D) No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.
- (E) O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias, garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

QUESTÃO 4

As transgressões dos preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades:

- (A) advertência pública; multa; censura pública; suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.
- (B) advertência confidencial; censura confidencial; suspensão do exercício profissional, por até 60 (sessenta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.
- (C) advertência; multa; censura pública; suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.
- (D) advertência; multa; censura pública; suspensão do exercício profissional, por até 60 (sessenta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.
- (E) advertência; multa; censura pública; suspensão do exercício profissional, por até 90 (noventa) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

QUESTÃO 5

No que diz respeito à Resolução CFP nº 1/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade do registro documental decorrente da prestação de serviços psicológicos, julgue os itens que se seguem.

- I. Em caso de serviço psicológico prestado em serviços-escola e campos de estágio, o registro deve contemplar a identificação e a assinatura do responsável técnico/supervisor que responderá pelo serviço prestado, bem como do estagiário.
- II. A guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição em que ocorreu o serviço. O registro documental deve ser mantido em local que garanta sigilo e privacidade e mantenha-se à disposição dos Conselhos de Psicologia para orientação e fiscalização, de modo que sirva como meio de prova idônea para instruir processos disciplinares e à defesa legal.
- III. Quando em serviço multiprofissional, o registro deve ser realizado em prontuário único. Devem ser registradas apenas as informações necessárias ao cumprimento dos objetivos do trabalho.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas o item I está certo.
- (D) Nenhum item está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 6

De acordo com a Resolução CFP nº 1, de 30 de março de 2009, a guarda do registro documental é de responsabilidade do psicólogo e/ou da instituição em que ocorreu o serviço. Assinale a alternativa correta.

- (A) O período de guarda deve ser de no mínimo 5 anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, apenas por determinação judicial.
- (B) O período de guarda deve ser de no mínimo 5 anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.
- (C) O período de guarda deve ser de no mínimo 2 anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.
- (D) O período de guarda deve ser de 2 anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, apenas por determinação judicial.
- (E) O período de guarda deve ser de no mínimo 3 anos, podendo ser ampliado nos casos previstos em lei, por determinação judicial, ou ainda em casos específicos em que seja necessária a manutenção da guarda por maior tempo.

QUESTÃO 7

O relatório psicológico consiste em um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida, podendo também ter caráter informativo. Assinale a alternativa que contraria o conceito e/ou a finalidade desse documento, conforme previsto na Resolução nº 06/2019.

- (A) Visa comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, podendo gerar orientações, recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.
- (B) É uma peça de natureza e valor técnico-científico, devendo conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia. A linguagem utilizada deve ser acessível e compreensível ao destinatário, respeitando os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- (C) Deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o), em conformidade com a Resolução CFP no 01/2009 ou resoluções que venham a alterá-la ou substituí-la.
- (D) Corresponde à descrição literal das sessões, atendimento ou acolhimento realizado. Deve explicitar a demanda, os procedimentos e o raciocínio técnico-científico da(o) profissional, bem como suas conclusões e/ou recomendações.
- (E) Deve apresentar as informações da estrutura detalhada a seguir, em forma de itens ou texto corrido. É composto de 5 (cinco) itens: identificação; descrição da demanda; procedimento; análise; conclusão.

QUESTÃO 8

De acordo com a Resolução nº 06/2019, assinale a alternativa **incorreta** quanto ao atestado psicológico.

- (A) Atestado psicólogo consiste em um documento escrito que tem por finalidade registrar, de forma objetiva e sucinta, informações sobre a prestação de serviço realizado ou em realização, abrangendo as seguintes informações: comparecimento da pessoa atendida e seu acompanhante; acompanhamento psicológico realizado ou em realização; informações sobre tempo de acompanhamento, dias e horários.
- (B) O atestado presta-se a comunicar o diagnóstico de condições mentais que incapacitem a pessoa atendida, com fins de: justificar faltas e impedimentos; justificar estar apto ou não para atividades específicas (manusear arma de fogo, dirigir veículo motorizado no trânsito, assumir cargo público ou privado, entre outros), após realização de um processo de avaliação psicológica, dentro do rigor técnico e ético previsto nas resoluções do CFP; solicitar afastamento e/ou dispensa, subsidiada na afirmação atestada do fato.
- (C) O atestado psicológico resulta de uma avaliação psicológica. É responsabilidade da(o) psicóloga(o) atestar somente o que foi verificado no processo de avaliação e que esteja dentro do âmbito de sua competência profissional.
- (D) A emissão de atestado deve estar fundamentada no registro documental, conforme dispõe a Resolução CFP nº 01/2009 ou aquelas que venham a alterá-la ou substituí-la, não isentando a(o) psicóloga(o) de guardar os registros em seus arquivos profissionais, pelo prazo estipulado nesta resolução.
- (E) Os Conselhos Regionais podem, no prazo de até cinco anos, solicitar à(o) psicóloga(o) a apresentação da fundamentação técnico-científica do atestado.

QUESTÃO 9

A Resolução CFP nº 6, de 29 de março de 2019, institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Com relação aos princípios técnicos do documento psicológico, julgue os itens subsequentes.

- I. Os documentos emitidos pela(o) psicóloga(o) concretizam informações fundamentais e devem conter dados fidedignos que validam a construção do pensamento psicológico e a finalidade a que se destina.
- II. A elaboração de documento decorrente do serviço prestado no exercício da profissão deve considerar que este é o resultado de uma avaliação e/ou intervenção psicológica, observando os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos nos fenômenos psicológicos.
- III. O documento escrito resultante da prestação de serviços psicológicos deve considerar a natureza dinâmica, não definitiva e não cristalizada do fenômeno psicológico.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Todos os itens estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

QUESTÃO 10

Quanto ao prazo de validade do conteúdo dos documentos, determinado pela Resolução nº 06/2019, julgue os itens que se seguem.

- I. O prazo de validade do conteúdo do documento escrito, decorrente da prestação de serviços psicológicos, deverá ser indicado no último parágrafo do documento.
- II. A validade indicada deverá considerar a normatização vigente na área em que atua a(o) psicóloga(o), bem como a natureza dinâmica do trabalho realizado e a necessidade de atualização contínua das informações.
- III. Não havendo definição normativa, o prazo de validade deve ser indicado pela(o) psicóloga(o), levando em consideração os objetivos da prestação do serviço, os procedimentos utilizados, os aspectos subjetivos e dinâmicos analisados e as conclusões obtidas.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas o item I está certo.
- (D) Nenhum item está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

Conhecimentos Específicos

QUESTÃO 11

Shine (2003), ao definir a Psicologia Jurídica, coloca questões sobre a definição do campo de trabalho do psicólogo e sobre a natureza de seu labor nele. Assinale a alternativa **incorreta** quanto à definição de Psicologia Jurídica.

- (A) A Psicologia Jurídica diz respeito ao trabalho do psicólogo nos Fóruns dos Tribunais de Justiça; portanto o termo é sinônimo do termo Psicologia Forense – as duas denominações dando conta da imbricação entre Direito e Psicologia.
- (B) O objeto da intervenção psicológica na Psicologia Jurídica é uma questão problema, formulada por um operador do Direito.
- (C) O objetivo da intervenção psicológica é dado pela demanda do operador do Direito, em torno de questões problemas de origem e natureza psicológicas.
- (D) A abordagem da Psicologia Jurídica é sempre intersubjetiva, no sentido de que a questão problema surge de um operador do Direito e diz respeito a um sujeito humano, o periciado, que será avaliado por um outro humano, o perito psicólogo.
- (E) No caso da Psicologia Jurídica, diferentemente da Psicologia Clínica, a relação humana estabelecida não será a de ajuda, posto que o periciado pode ser beneficiado ou prejudicado pelo informe psicológico.

QUESTÃO 12

O trabalho interdisciplinar entre psicólogo e assistente social é muito comum em termos da atuação técnica nos processos das Varas de Infância e Juventude. Segundo Julião e Massaro, in Franco e Melão (2007), sobre as características desse tipo de trabalho, julgue os itens a seguir.

- I. Há preponderância de uma ciência sobre a outra, seja a Psicologia ou o Serviço Social, no sentido de que uma delas, no curso da investigação, dentro de um processo, se mostrará preponderante sobre a outra, que exercerá papel meramente auxiliar na investigação.
- II. Há necessidade de, além de simples diálogo, existir relacionamento, participação, comunicabilidade e aceitação entre os profissionais.
- III. Há postura profissional que permite se pôr a transitar o espaço da diferença, com sentido de busca, de desvelamento da pluralidade de ângulos que determinado objeto investigativo é capaz de proporcionar.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

QUESTÃO 13

O famoso sociólogo americano Erving Goffman desenvolveu o conceito de instituição total, na clássica obra *Manicômios, prisões e conventos*, publicada em 1961. Segundo o sociólogo, a instituição total é aquela na qual o indivíduo vivencia todas as suas atividades, de forma dependente, sendo os outros pertencentes a essa instituição as únicas pessoas com as quais convive. De acordo com Fiorelli e Mangini (2009), assinale a alternativa que não corresponde às características de uma instituição total.

- (A) Despojamento pela instituição dos bens pessoais dos institucionalizados.
- (B) Favorecimento, por parte da instituição, a que o institucionalizado tenha garantido o acesso aos seus direitos humanos fundamentais.
- (C) Participação do institucionalizado em atividades cujas consequências simbólicas são incompatíveis com a concepção de “eu”.
- (D) Exposição, pela instituição, do institucionalizado à companhia forçada.
- (E) Realização de todas as atividades dos institucionalizados segundo um esquema obrigatório de regras impostas pela instituição.

QUESTÃO 14

O famoso filósofo e historiador Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e punir*, analisou as formas de castigo que a sociedade francesa impunha aos que cometiam crimes, tanto no Antigo Regime, quanto após a Revolução Francesa. Ele aponta para dois tipos principais de castigo, pelo suplício, típico do Antigo Regime, e pela punição, típica da sociedade contemporânea. Nesse sentido, julgue os itens a seguir.

- I. O suplício constitui-se num castigo que incide sobre o corpo do criminoso, objetivando deixar-lhe uma cicatriz ou expô-lo ao público de forma degradante, tornando o sujeito infame.
- II. O suplício deve ter uma violência excessiva, no qual o cerimonial da justiça manifesta sua força, fazendo o criminoso gemer ou gritar com os golpes dados pelo carrasco.
- III. O suplício pode se estender após a morte do criminoso, através de cadáveres queimados, cinzas jogadas ao vento, corpos arrastados na grade, expostos à beira da estrada.
- IV. Na punição pós-Revolução, o objetivo da pena liga-se ao contrato social estabelecido no Código Penal, no qual a todo crime deve-se estabelecer uma punição não violenta.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (D) Nenhum dos itens estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 15

O presídio acaba, de acordo com Wolff (2005), tornando-se um sistema social específico, com suas regras e determinações. Assinale a alternativa correta.

- (A) O presídio deve ser coercitivo, pois as pessoas que lá estão presas possuem graves transtornos de personalidade, devendo ser reprimidas de qualquer modo.
- (B) O sistema prisional brasileiro acolhe presos de todas as classes sociais, pois a Justiça brasileira é imparcial quanto ao julgamento tanto do rico quanto do pobre.
- (C) O Brasil tende a seguir os EUA e a Europa em colocar na prisão parcelas precarizadas da classe operária, especialmente de famílias afrodescendentes.
- (D) O presídio no Brasil funciona como uma instituição que cumpre a função de ressocializar os presos; aqueles que reincidem no crime são pessoas moralmente recalcitrantes.
- (E) O sistema prisional brasileiro aplica, de forma equitativa, a Lei de Execução Penal, não havendo presos sem situação jurídica definida.

QUESTÃO 16

A Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, instituiu as Comissões Técnicas de Classificação, constituídas de assistente social, médico e psicólogo, para a realização do Exame Criminológico, no qual se verificaria a periculosidade do preso – pessoa privada de liberdade, para efeitos da progressão penal deste, que poderia ser beneficiado ou não com redução de pena ou livramento condicional. Em 2003 foi promulgada a Lei nº 10.792, que altera o artigo 112 da LEP, eliminando a necessidade dos exames criminológicos para a progressão de regime e para o livramento condicional, passando os critérios a serem o cumprimento de 1/6 da pena e o bom comportamento na prisão. Porém, segundo Nascimento e Badaró-Bandeira (2018), na prática, muitos juízes continuam exigindo a realização do exame criminológico para a progressão de regime. Isso, segundo os autores, não é positivo, pois:

- I. desvia os psicólogos que atuam no sistema prisional, tomando-lhes um tempo que poderia ser utilizado para uma atuação mais relacionada a lidar com a subjetividade e com a saúde da pessoa privada de liberdade.
- II. insiste numa prática altamente polêmica, dado que a prática mostrou a existência de laudos com falhas técnicas, que, pelo fato de as conclusões do exame serem consideradas irrefutáveis, ferem o direito das pessoas privadas de liberdade ao contraditório.
- III. a violação da intimidade da pessoa privada de liberdade é outra crítica ao exame criminológico, indo além dos fatos pertinentes ao processo desencadeado pelo suposto crime cometido.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Todos os itens estão certos.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Apenas os itens I e III estão certos.

QUESTÃO 17

A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) foi promulgada pela Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014, substituindo o Plano Nacional de Saúde do Sistema Penitenciário, de 09 de setembro de 2003. A PNAISP, de acordo com sua concepção, deveria agregar ações conjuntas dos Ministérios da Justiça e da Saúde e, no plano estadual, das respectivas Secretarias de Estado. De acordo com Nascimento e Badaró-Bandeira (2018), que estudam essa Política, vários desafios cercam sua efetiva implementação, com o fornecimento de assistência à saúde aos presos – pessoas privadas de liberdade. Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A concepção necropolítica é dominante em setores governamentais e sociais, em relação às pessoas privadas de liberdade, as quais são consideradas inimigas da sociedade e para as quais o extermínio é uma das soluções possíveis.
- (B) As próprias condições degradantes das prisões brasileiras, com celas superlotadas, falta de abastecimento de água e de banheiros, agudizam os conflitos interpessoais e dificultam a convivência.
- (C) Verifica-se falta de investimentos públicos em saúde, educação, geração de renda e desenvolvimento social das pessoas privadas de liberdade, que corresponde apenas a 2% da verba aplicada na construção de novos presídios.
- (D) As próprias pessoas privadas de liberdade não querem receber tratamento de saúde, pois consideram isso uma ingerência indevida do Estado em suas vidas, enxergando, nessa forma de intervenção, uma forma de controle social.
- (E) Com a preponderância, na implementação da Política, das Secretarias Estaduais da Justiça, que não investem em contratação de profissionais de saúde, cabe às Secretarias Estaduais de Saúde o papel marginal de formação desses profissionais.

QUESTÃO 18

A perícia psicológica em processos de Vara de Família, no Brasil, surgiu na década de 1980, acompanhando tendência internacional nesse sentido. A história da perícia psicológica em Varas de Família, segundo Castro (2003), é assunto ainda pouco estudado. Sobre o tema, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) As concepções iniciais da perícia psicológica estavam influenciadas pela perícia psiquiátrica no campo penal, dado que a práxis da segunda antecede o surgimento da primeira.
- (B) As concepções iniciais da perícia psicológica giravam em torno da determinação de culpados e inocentes, mas se mostraram inadequadas.
- (C) As concepções da perícia psicológica receberam questionamento por parte das tendências psicológicas em voga, na época de sua constituição.
- (D) Havia, na época da constituição da teoria sobre a perícia psicológica, dados abundantes a respeito dela.
- (E) Uma das tendências da perícia psicológica é de negação de sua validade, pelo fato da possibilidade de resolução dos problemas familiares por meio de mediação ou intervenção breve.

QUESTÃO 19

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) segue a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, proclamada pela ONU em 1989, 1 ano antes de sua promulgação. Tanto o ECA quanto a Convenção reconhecem a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento, diferentemente do adulto, ser já desenvolvido, para o qual uma Declaração de Direitos Fundamentais cria as condições para que ele busque, como ser autônomo, sua realização e felicidade. Nesse sentido tanto, a Convenção e o ECA enfatizam a importância de políticas públicas que garantam a implementação de medidas que favoreçam o pleno desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Com relação às políticas públicas propostas pelo ECA, que favorecem esse desenvolvimento, julgue os itens a seguir.

- I. Toda gestante tem direito ao atendimento médico e psicológico pré-natal, como forma de prevenção de males físicos e psicológicos ao nascituro.
- II. A atenção primária à saúde fará busca ativa às puérperas que não compareceram às consultas agendadas para ela e para o recém-nascido.
- III. O Estado deve oferecer acesso a creches e pré-escolas para crianças de 0 a 5 anos.
- IV. Deve-se oferecer acesso, às crianças e aos adolescentes, aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 20

O Conselho Tutelar foi criado quando da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, assumindo funções que o antigo Juizado de Menores assumia. Nesse sentido, em relação à sua natureza e função, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelos direitos da criança e do adolescente.
- (B) Os membros do Conselho Tutelar devem ser maiores de 21 anos, residir no município e ser de reconhecida idoneidade moral.
- (C) O Conselheiro Tutelar é escolhido por votação municipal realizada a cada 10 anos, podendo o conselheiro reeleger-se quantas vezes forem possíveis.
- (D) O Conselho Tutelar pode requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, para fazer cumprir os direitos da criança e do adolescente.
- (E) O Conselho Tutelar pode enviar representações de caráter jurídico ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, depois de esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

QUESTÃO 21

O Estatuto da Criança e do Adolescente instituiu os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, instância da sociedade civil inexistente anteriormente. Sobre tais Conselhos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Apenas os municípios que são capitais de estados são obrigados a manter Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.
- (B) Os Conselhos, quer sejam federais, estaduais ou municipais, devem gerir os Fundos da Criança e do Adolescente respectivos.
- (C) Os conselheiros são considerados ocupando função de relevância pública, não recebendo remuneração.
- (D) Os Conselhos, quer sejam federais, estaduais ou municipais, devem divulgar amplamente à sociedade as ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente.
- (E) Os Conselhos são órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais.

QUESTÃO 22

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, filiando-se à Doutrina de Proteção Integral da Infância e Juventude, doutrina jurídica que veio, a partir da segunda metade do século 20, desenvolvendo-se a nível internacional, em substituição à Doutrina do Menor em Situação Irregular, que intervia apenas quando a criança ou o adolescente estivesse em situação de abandono/conflito com a lei. O ECA, em consonância com a Doutrina de Proteção Integral à Criança, não aponta para:

- (A) destinação privilegiada de recursos públicos às áreas que atendem à Proteção Integral da Criança e do Adolescente.
- (B) atendimento prioritário da criança/adolescente no sentido de receber proteção/socorro em qualquer circunstância.
- (C) responsabilização exclusiva do Estado e da Família no dever de resguardar os direitos da criança e do adolescente.
- (D) proibição de exposição da criança e do adolescente à situações de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- (E) necessidade de sempre considerar a criança e o adolescente em sua condição de pessoa em desenvolvimento.

QUESTÃO 23

O direito à convivência familiar e comunitária é um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse sentido, o afastamento da criança de seu núcleo familiar só acontecerá se ele expor a criança ou o adolescente à grave violação de seus direitos. Caso isso aconteça, a criança ou o adolescente será encaminhado para acolhimento familiar ou institucional, sendo prioritariamente estudada a possibilidade de reintegração da criança ao seu núcleo familiar de origem, sejam genitores ou família extensa. Quando tal reintegração não se faz possível, a criança ou o adolescente deve ser preparado para a colocação em família substituta, que deverá ser conduzida pela equipe técnica da Infância e Juventude, comumente composta de psicólogo e assistente social. A respeito das atribuições dessa equipe técnica, de acordo com o ECA, julgue os itens a seguir.

- I. Sempre que possível, antes de sua colocação em família substituta, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
- II. A colocação da criança ou do adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- III. O estágio de convivência da criança na família, período anterior à adoção, no qual se verifica a adaptação mútua de ambas, será acompanhado pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude. Nesse caso, é vedada a atuação dos técnicos responsáveis pela execução da política de garantia do direito à convivência familiar, pois o assunto se tornou da esfera privada daquela família.
- IV. A habilitação dos pretendentes à adoção deverá contar com uma etapa em que a equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude deverá elaborar estudo psicossocial, que contere subsídios que permitam aferir a capacidade e o preparo dos postulantes para o exercício de uma paternidade ou maternidade responsável, à luz dos requisitos e dos princípios da Lei.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 24

A Constituição Federal de 1988 garante, em seu artigo 227, uma série de direitos da criança e do adolescente, que serão regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que foi promulgado no ano de 1990, enfatizando que esses direitos devem ser garantidos pelo Estado, pela Sociedade e pela Família. Com relação aos deveres do Estado, da Sociedade e da Família para que os direitos da criança e do adolescente sejam salvaguardados, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Os pais têm obrigação de matricular seus filhos em instituições de ensino e fazê-los frequentá-las.
- (B) A escola deve notificar os órgãos responsáveis quando os pais não matriculam a criança ou não garantem sua frequência.
- (C) Os pais têm obrigação de levar os filhos à instituição de saúde, quando estes necessitarem de cuidados nesse sentido.
- (D) O Estado tem obrigação de desenvolver, através do Sistema Único de Saúde, programas de assistência médica e odontológica, para doenças que ordinariamente acometam crianças e adolescentes.
- (E) Os profissionais de saúde não têm obrigação de contatar os órgãos responsáveis, quando constatarem violação de direitos de crianças e adolescentes, porque senão estarão rompendo o sigilo médico, psicológico, paramédico.

QUESTÃO 25

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando ocorre grave violação dos direitos da criança e do adolescente, o Juiz da Infância e Juventude pode determinar a retirada da criança ou do adolescente de sua família de origem e colocá-la(a) em situação de acolhimento familiar ou institucional. Sobre o tema, julgue os itens a seguir.

- I. O acolhimento familiar significa necessariamente colocação na família extensa da criança/do adolescente, quer sejam tios, avós, primos ou irmãos da criança, desde que sejam maiores de 18 anos de idade.
- II. O acolhimento familiar significa a colocação da criança em/do adolescente em família acolhedora, que pode ser uma família que não a extensa, família esta que está inserida em programa de acolhimento familiar.
- III. O acolhimento institucional significa que a criança poderá ser institucionalizada em Casa Lar, Abrigo ou Orfanato, com capacidade máxima de 100 crianças/adolescentes.
- IV. O acolhimento familiar deve ser a opção preferencial de acolhimento da criança.
- V. O acolhimento institucional deve ser a opção preferencial de acolhimento da criança.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens II e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens III e V estão certos.
- (E) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

QUESTÃO 26

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as entidades públicas, quer sejam estatais ou organizações não governamentais (ONG's) que atendam adolescentes em conflito com a lei ou crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e foram acolhidos familiar ou institucionalmente, devem desenvolver projetos socioeducativos que atendam os seguintes parâmetros. Assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) A qualidade, no caso dos programas de acolhimento familiar/institucional, será medida pelos índices de sucesso na reintegração à família de origem ou de adequação da colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- (B) As instituições que desenvolvem programas socioeducativos para adolescente em conflito com a lei que estejam em regime de internação devem preservar a sua identidade e oferecer ambiente de respeito que o dignifique.
- (C) No caso de a entidade que visa oferecer programas socioeducativos ser de acolhimento à criança e ao adolescente que teve seu direito violado ou de acompanhamento de adolescente em conflito com a lei, basta que ambas se registrem junto à Prefeitura da cidade em que se localiza para obter condições de funcionamento.
- (D) O dirigente de serviço que desenvolve programa de acolhimento institucional de criança/adolescente recebe a guarda legal desta(e), que é acolhida(o) em sua instituição.
- (E) Cabe ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) verificar regularmente, no prazo máximo de 2 anos, a qualidade do funcionamento dos programas socioeducativos.

QUESTÃO 27

A atuação das equipes técnicas judiciárias, compostas normalmente de psicólogo e assistente social, em caso de crianças que têm seus direitos violados, seguem o preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Algumas características desse trabalho são:

- I. A articulação com outras equipes envolvidas na proteção e na assistência às crianças e aos adolescentes, como os Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICA), como escola, unidades de saúde, CAPS, CRAS e CREAS;
- II. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza, idealmente, um tempo máximo de acolhimento em Serviço de Acolhimento Institucional de Criança e Adolescentes (SAICA) de 5 anos, dado que um tempo maior causaria danos às crianças e aos adolescentes;
- III. Quando o infante ou o adolescente é acolhido em um serviço Institucional de Criança e Adolescente, a prioridade é de que este possa retornar à sua família de origem, desde que esta se reabilite, oferecendo condições de proteção a ele;
- IV. A colocação em família substituta, de uma criança ou de um adolescente que foi acolhido, é sempre a melhor opção, dado que a família de origem está imersa em um círculo vicioso de violações que não consegue ser rompido.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Apenas os itens I e II estão certos.

QUESTÃO 28

A avaliação das entidades que aplicam programas socioeducativos nos casos de adolescente em conflito com a lei, assim como no caso de criança/adolescente com direito violado, cujo destino foi o acolhimento familiar/institucional é muito importante, para se verificar a efetividade dos programas e também para se evitar novas violações de direitos da criança/do adolescente. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, qual dos seguintes órgãos não deve colaborar nessa avaliação?

- (A) Conselho Tutelar.
- (B) Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.
- (C) Ministério Público.
- (D) Justiça da Infância e Juventude.
- (E) Imprensa local.

QUESTÃO 29

Segundo Costa, in Shine (2005), com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que substituiu o Código de Menores, de 1979, houve uma mudança paradigmática, que pode ser interpretada como a substituição da “Doutrina do Menor em Situação Irregular” pela “Doutrina da Proteção Integral da Infância”. Assinale a alternativa **incorreta** sobre os pontos dessa mudança paradigmática.

- (A) O ECA conseguiu mudar, rapidamente, a cultura do povo brasileiro em relação à proteção da infância e da juventude, sendo plenamente aceito pela população brasileira.
- (B) O Código dos Menores colocava o menor como objeto de intervenção do mundo adulto.
- (C) O Estatuto da Criança e do Adolescente, seguindo a Doutrina da Proteção Integral da Infância, coloca a criança como sujeito e titular do Direito.
- (D) O Código dos Menores, baseado na Doutrina do Menor em Situação Irregular, dispunha sobre a “assistência, proteção e vigilância do menor”.
- (E) O ECA, por entender que a criança/o adolescente é um ser autônomo frente à sua família, possibilita-lhe opor-se a ela, exercendo suas escolhas pessoais.

QUESTÃO 30

Sobre a atuação do psicólogo em unidades de internação para adolescentes em conflito com a lei, de acordo com o documento do Conselho Federal de Psicologia (2010) “Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação”, assinale a alternativa correta.

- (A) Dá-se total autonomia ao psicólogo em termos de sua atuação, não devendo receber influências de outros profissionais que possam desviá-lo de seu olhar profissional.
- (B) Pede-se tolerância com certas violências cometidas contra os adolescentes em unidades de internação, pois elas são necessárias para a correção de condutas disfuncionais.
- (C) O psicólogo deve fazer uma análise da perspectiva de uma visão psicológica exclusivamente intraindividual da personalidade do adolescente.
- (D) O psicólogo deve analisar o contexto social, a demanda por sua presença e a contribuição na política de atendimento ao adolescente.
- (E) O psicólogo deve trabalhar para que o adolescente fique o maior tempo possível em medida de internação, pois assim as medidas corretivas terão mais efeito.

QUESTÃO 31

Uma das possibilidades de medida socioeducativa para o adolescente em conflito com a lei é a da liberdade assistida, à qual a autoridade judiciária designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, que poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização de determinados encargos. Sobre eles, julgue os itens a seguir.

- I. Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.
- II. Supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula.
- III. Diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho.
- IV. Apresentar relatório do caso.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 32

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe também sobre os adolescentes que estão em conflito com a lei. No caso, a infração cometida pelo adolescente deverá ser julgada, o Juizado da Infância e Juventude podendo determinar medida socioeducativa, que poderá variar da orientação e do apoio sociofamiliar à internação. Acerca da medida socioeducativa, em relação ao direito do adolescente de ter uma convivência familiar e comunitária, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Se possível, a medida socioeducativa deve ser realizada em meio aberto, pois preserva a convivência familiar e comunitária do adolescente.
- (B) A medida socioeducativa em meio aberto deve ser preferencialmente a de meio fechado, dada a escassez de instituições que promovam o regime de internação.
- (C) Se internado, a instituição deve diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares.
- (D) Se internado, a instituição deve comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- (E) As instituições para adolescentes em medida de internação devem manter programas destinados ao apoio e ao acompanhamento de egressos.

QUESTÃO 33

Martinaitis e Capela, in Franco e Melão (2007), traçam um histórico das instituições correccionais para adolescentes no Brasil, desde a instituição dos primeiros juizados de menores, na década de 1920. Nesse histórico, elas apontam para alguns fatos. Julgue os itens a seguir.

- I. O primeiro serviço, a nível nacional, que lidou com os adolescentes em conflito com a lei foi o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) criado pelo Estado Novo em 1942. O SAM criou reformatórios e casas de correção, de caráter correccional e repressivo, que aos poucos foram mostrando seu caráter embrutecedor e desumanizante.
- II. O SAM foi substituído pela Fundação Nacional pelo Bem-Estar do Menor (FUNABEM), durante o regime militar, desenvolvendo uma filosofia assistencialista, dentro da doutrina do menor em situação irregular, agrupando numa mesma categoria menores carentes, abandonados e infratores, mas que, efetivamente, preservou as práticas correccionais/repressivas que já eram correntes.
- III. O Estatuto da Criança e Adolescente, promulgado em 1990, propôs uma assistência humanizada aos adolescentes em conflito com a lei, sendo rapidamente absorvida pelos estados da Federação, que logo adaptaram suas antigas unidades à nova proposta, melhorando em muito a qualidade delas.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e III estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Nenhum item está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 34

A família contemporânea passou por transformações, influenciada pela mudança da própria sociedade em que se insere. De acordo com Gomes (2009), algumas novas tendências dessa família podem ser delineadas. Assinale a alternativa contrária a essas tendências.

- (A) O casamento tem privilegiado o conjugal frente ao familiar, dado o aumento de casais que não desejam ter filhos.
- (B) O papel de provedor sempre continua com o homem, apesar de haver mulheres trabalhando, o que aponta ainda para a hegemonia da família tradicional nos dias de hoje.
- (C) Muitas famílias constituem-se prescindindo da função paterna, a partir da possibilidade da concepção *in vitro*, por meio de doadores anônimos de esperma.
- (D) Muitas mulheres, ao ganharem o mercado de trabalho, podem se desvencilhar do papel materno, mas ficam na dúvida entre a escolha pela maternidade ou pela ascensão profissional.
- (E) Surgiram as famílias reconstituídas, depois da separação e de nova união de um homem/uma mulher que já foi unido(a) anteriormente, tendo filhos da primeira união.

QUESTÃO 35

A Constituição Federal de 1988 legisla sobre a relação entre homens e mulheres, de forma diferente das anteriores, com várias disposições nesse sentido. Julgue os itens a seguir.

- I. Segundo a Constituição, homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, estabelecendo uma igualdade jurídica.
- II. Por outro lado, a Constituição de 1988 reconhece que, na realidade, a igualdade entre homens e mulheres não acontece, ao que propõe aos estados políticas de proteção do mercado de trabalho à mulher.
- III. Em termos da sociedade conjugal, homens e mulheres são iguais em deveres e direitos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

QUESTÃO 36

Segundo Silva (2000), o trabalho do psicólogo nas Varas de Família tem características e dinâmicas próprias, em que o privado, representado pela família, mistura-se com o estatal e o público, representado pelo Juiz de Família e o perito psicólogo. Dentre as seguintes dinâmicas psicológicas, qual não pode ser detectada nessa relação?

- (A) O psicólogo nunca opta por ser a extensão do juiz, não assumindo, concomitantemente, uma posição detetivesca. Seguindo tal raciocínio, não se preocupa com a realidade objetiva, não colhendo dados, nunca contrapondo argumentos, apenas escutando imparcialmente.
- (B) As pessoas e as famílias que recorrem à Vara de Família fantasiam que encontrarão uma solução imediata e mágica que resolva definitivamente seus problemas.
- (C) As pessoas que recorrem à Vara da Família muitas vezes projetam sobre o juiz a figura paternalista, de autoridade, onipotente e sábio, para “resolver a questão” no papel de julgador – no sentido de decidir imediatamente o que é “certo” ou “errado”, quem “tem” ou “não tem” razão.
- (D) Quando o juiz encaminha o caso ao psicólogo, delegando, portanto, a ele a tarefa de olhar e analisar a questão sob outro enfoque além do meramente legal, as pessoas em geral interpretam a situação como um “outro julgamento”, transferindo ao psicólogo o papel de “julgador” e “repórter do juiz”, e muitas vezes agem de forma estereotipada e inautêntica, acreditando que, se fizerem personagem de “bonzinho”, o juiz vai conceder o “ganho de causa”.
- (E) Há psicólogos que absorvem as transferências inconscientes das pessoas que os transformam em “anjos vingadores” nos processos e, por despreparo ou identificação, encampam as motivações e os argumentos de apenas uma das partes, prejudicando a imparcialidade necessária a uma perícia psicológica séria e cometendo equívocos gravíssimos ao assumir indevidamente o papel de “julgadores”.

QUESTÃO 37

Segundo Rovinski (2004), boa parte das perícias dos psicólogos em Varas de Família diz respeito a processos de regulamentação da guarda, após a separação dos pais da criança ou do adolescente em tela. Nesse sentido, cabe ao psicólogo desenvolver uma metodologia para a avaliação desses casos. Sobre tal metodologia, assinale a alternativa correta.

- (A) Devem-se realizar entrevistas iniciais de coleta de dados, com os genitores, referentes à história de vida, à relação matrimonial e à relação com o filho.
- (B) Num segundo momento, com os genitores, devem-se realizar entrevistas para avaliação da personalidade de cada um, com testes projetivos ou escalas de personalidade.
- (C) Na avaliação da personalidade dos genitores, sempre é, no Brasil, avaliada a questão cognitiva dos pais, com aplicação de testes de inteligência como o WAIS.
- (D) No caso da entrevista com crianças, deve-se utilizar, se possível, a entrevista de coleta de dados, nos quais se investiga sobre sua rotina com cada um dos genitores e sobre as características do seu relacionamento com eles.
- (E) No caso da avaliação da personalidade das crianças, podem-se utilizar testes gráficos ou projetivos, assim como a hora lúdica diagnóstica.

QUESTÃO 38

A separação conjugal, em relação ao casal que tem filhos, pode causar, segundo Silva (2016), uma série de conflitos entre os genitores. Esses conflitos, por sua vez, prejudicam grandemente os filhos. Sobre esses conflitos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao invés de regulamentação de visitas por parte do genitor que não é guardião, dever-se-ia falar de direito de convívio com o filho, por parte do primeiro.
- (B) O fenômeno da alienação parental diz respeito ao genitor que não busca, no convívio com o filho, dar fundamentos de realidade.
- (C) A guarda unilateral da criança deve sempre ficar com a mãe, que sempre é a pessoa mais qualificada para dar afeto e cuidado ao filho.
- (D) A guarda compartilhada acontece quando a mãe não pode se responsabilizar totalmente pelo filho.
- (E) É aceitável que, na regulamentação das visitas, o pai dispenda apenas o papel de “pai legal”, passando todo tempo só buscando diversões com o filho.

QUESTÃO 39

Contemporaneamente, segundo Levinzon e Lisondo (2018), a adoção é considerada pelos estudiosos do tema um processo complexo que envolve várias variáveis psicológicas e sociais, que podem levar a seu sucesso ou a seu fracasso. Podem-se apontar como características desse processo algumas variáveis. Julgue os itens a seguir.

- I. A adoção, idealmente, pode ser considerada como um processo de gerar um encontro afetivo íntimo, com a construção de mundos compartilhados entre adotantes e adotados, no qual há o paradoxo de, ao mesmo tempo, poder-se alojar a diferença entre eles.
- II. A revelação da adoção, dos pais para o filho, deve ser realizada quando este é adulto, pois o adulto tem maior capacidade de elaboração do que uma criança, que pode ficar abalada ou traumatizada ao saber que não veio do ventre de sua mãe.
- III. Um dos fatores que pode contribuir para o sucesso de uma adoção é a capacidade de os pais adotivos considerarem o filho como um outro, dotado de sua própria personalidade e características e, ao mesmo tempo, ter com ele uma conexão afetiva profunda, oferecendo a possibilidade de um apego seguro do filho a eles.

Assinale a alternativa correta:

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens II e III estão certos.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Todos os itens estão certos.
- (E) Nenhum item está certo.

QUESTÃO 40

Segundo Adélia Socorro de Simões Almeida (2010), a mediação, como estratégia judiciária de resolução de conflitos, tem ganhado importância para os Tribunais de Justiça, a partir da década de 1990, no Brasil. Isso ocorre devido a várias causas, entre as quais não se pode citar que:

- (A) o Poder Judiciário, em sua maneira tradicional de atuar, torna-se cada vez mais moroso, sobrecarregado e impessoal.
- (B) o número cada vez maior de processos impede uma aproximação dos envolvidos no conflito com o juiz, aquele que vai ouvir as demandas da parte e tomar decisões para resolvê-lo.
- (C) o grande número de disputas judiciais faz com que o juiz muitas vezes tome decisões superficiais e de fácil descumprimento, no transcurso do processo.
- (D) a mediação é de grande valia social, pois permite àqueles que argumentam melhor celebrar acordos que são vantajosos para si.
- (E) a mediação faz com que a impessoalidade jurídica seja superada, levando o mediador a se colocar de forma mais humana, conhecendo mais profundamente os problemas dos litigantes.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos das questões para as respectivas folhas de textos definitivos da prova discursiva, no local apropriado.
- Não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos nem texto de questão transcrito em folha incorreta. Cada questão deverá ser respondida em sua respectiva folha de texto definitivo.
- Em cada questão, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de 30 linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na folha de texto definitivo correspondente à questão ou que tiver menos de 10 linhas.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- Os espaços destinados à transcrição de textos das folhas de textos definitivos não poderão ser assinados, rubricados nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho neste caderno são de preenchimento facultativo e não servirão para avaliação.

QUESTÃO 1

As pessoas que cometem crimes, mas que são consideradas não conscientes ou parcialmente conscientes da responsabilidade por sua conduta, por possuírem transtornos mentais, são consideradas pela lei como imputáveis ou semi-imputáveis. Nesse caso, elas recebem medida de tratamento ou de segurança detentiva, pelo prazo mínimo de um a três anos, que pode se estender indefinidamente. Tais medidas são cumpridas, de acordo com a Lei de Execução Penal, com a internação da pessoa imputável ou semi-imputável nos Hospitais de Custódia e Tratamento, também chamados de Manicômios Judiciários.

Por outro lado, a Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, também chamada Lei da Reforma Psiquiátrica, coloca que a pessoa acometida de transtorno mental deve ser tratada, preferencialmente, em serviço comunitário, com o objetivo de alcançar sua reinserção na família, no trabalho e na comunidade.

O psiquiatra Sidnei Corocine, in Serafim, Barros e Rigonatti (2006), descreve sua experiência em duas instituições, o Hospital de Custódia e o Centro de Desinternação Progressiva (CDP). Ele coloca que, no primeiro, o hospital criava no custodiado uma relação de dependência, que dificultava sua reinserção no meio social, que, quando acontecia, terminava muito frequentemente com o retorno do ex-custodiado ao hospital.

Corocine coloca que, então, foi criado o Programa de Desinternação Progressiva, no qual o custodiado, desde que dispusesse de um mínimo de autonomia pessoal e consciência do transtorno mental e da necessidade de tratamento, poderia ser transferido da primeira instituição para a segunda. Na segunda instituição, ele tem acesso a uma vida menos tutelada, com possibilidade de ter saídas temporárias, portando dinheiro e documentos pessoais. A equipe do CDP, visando à reinserção no meio familiar, busca contato com este, e promove a reaproximação gradativa da família ao custodiado e, em muitos casos, consegue reinseri-lo em sua família com sucesso. Com base no texto apresentado, em um texto dissertativo-argumentativo:

- a) comente a experiência do psiquiatra Sidnei Corocine, à luz da Lei da Reforma Psiquiátrica e dos conhecimentos psicológicos atuais.
- b) comente a relação entre a Lei de Execução Penal e a Lei da Reforma Psiquiátrica, apontando a contradição entre ambas, a partir dos conhecimentos atuais da Psicologia.

QUESTÃO 2

Historicamente, o Brasil teve três legislações específicas em relação ao direito da criança e do adolescente: o Código Mello Mattos, de 1927; o Código de Menores, de 1979; e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. As duas primeiras legislações abrangiam os menores que estivessem em situação de abandono ou delinquência, as quais se tornavam objeto do Direito, que geralmente as encaminhava para a tutela do estado, que as colocava em instituições, muitas vezes por períodos longos, dentro das quais o menor se tornava adulto. O ECA, em contraposição às duas primeiras legislações, considera todas as crianças e todos os adolescentes como sujeitos de direitos humanos fundamentais e na condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, cuja responsabilidade de garantir direitos e fornecer condições necessárias ao desenvolvimento é do Estado, da sociedade e da família. Sobre o tema, em um texto dissertativo-argumentativo:

- a) classifique as três legislações brasileiras em relação à criança e ao adolescente, em termos das duas grandes doutrinas jurídicas internacionais em relação a essas pessoas, ou seja, a Doutrina do Menor em Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral da Infância. Justifique sua classificação.
- b) a partir dos conhecimentos psicológicos atuais, comente as três legislações brasileiras, em relação ao menor e à criança e ao adolescente.

QUESTÃO 3

O direito à convivência familiar e comunitária é um dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, que é reconhecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse direito faz com que a criança deva estar inserida em uma família e ter acesso à vida social, a menos que a primeira viole outros direitos fundamentais da criança, como o direito à dignidade, à saúde e à inserção escolar, por exemplo. De certa forma, tanto os processos de Vara e Infância e Juventude, de acolhimento de crianças e adolescentes, em acolhimento familiar ou institucional, como processos de Vara de Família, que giram em torno de disputa de guarda e regulamentação de visitas, têm como eixo o direito da criança à convivência familiar e comunitária. Nesse contexto, em um texto dissertativo-argumentativo:

- a) justifique por que os processos de acolhimento familiar ou institucional de Vara de Infância e Juventude, como os processos de guarda e regulamentação de visitas, se articulam com o direito de convivência familiar e comunitária.
- b) argumente, a partir dos conhecimentos da Psicologia, sobre como a violação ao direito de convivência familiar e comunitária pode prejudicar o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

QUESTÃO 4

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no caso de cada criança ou adolescente acolhido, é obrigatório que o juiz responsável por seu processo realize, a cada 6 meses, a chamada audiência concentrada. Nela, são chamados representantes de cada instituição da rede socioassistencial que atende a pessoa e seu grupo familiar. No caso do Tribunal de Justiça, o Juiz da Infância e Juventude, o psicólogo e o assistente social judiciário. No caso do Ministério Público, o promotor da Infância e Juventude. No caso da Defensoria, o defensor público. No caso do Serviço de Acolhimento Institucional, seja institucional ou familiar, o psicólogo ou assistente social desse serviço. Em termos da Prefeitura, o psicólogo ou assistente social do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), representantes da rede de ensino, de saúde, de transportes e até da habitação, estes últimos representantes, caso necessário. Durante a audiência, é possível os diversos participantes discutirem o caso e inquirirem-se mutuamente.

Normalmente, no final da audiência, são inquiridos a família e o adolescente ou a criança em tela, se ela tiver condições ou interesse em participar, pelos outros participantes da audiência. O objetivo da realização das audiências concentradas é, por um lado, que a situação da criança ou do adolescente não fique estagnada e institucionalizada por longo tempo e, por outro lado, articular os diversos serviços da rede socioassistencial, no sentido de melhorar a assistência e abrir perspectivas futuras. Em um texto dissertativo-argumentativo, comente a realização da audiência concentrada:

- a) em termos do direito da criança e do adolescente em relação ao direito à convivência familiar e comunitária.
- b) em termos do trabalho interdisciplinar.